

"NINGUÉM VAI NOS INTIMIDAR"

Após decisão que determinou a retirada de circulação de um jornal dos petroleiros, a campanha de Flávio Bolsonaro tenta restringir manifestações de sindicatos e movimentos sociais. Diante da situação, que envolve outros sindicatos de petroleiros, a presidenta do Sindipetro-RS, Miriam Cabreira, denuncia a tentativa de intimidação e reafirma: "Ninguém vai nos intimidar". **PÁGINAS 2 a 4.**



NÃO VÃO
NOS CALAR

"NÃO VÃO NOS CALAR!"

Após decisão que determinou a retirada de circulação de um jornal dos petroleiros, a campanha de Flávio Bolsonaro tenta restringir manifestações de sindicatos e movimentos sociais. Diante da situação, que envolve outros sindicatos de petroleiros, a presidenta do Sindipetro-RS, Miriam Cabreira, denuncia a tentativa de intimidação e reafirma: "Ninguém vai nos intimidar".

A liberdade de expressão, a autonomia sindical e o direito dos trabalhadores/as de participar do debate sobre o futuro do Brasil estão no centro de uma disputa na Justiça Eleitoral. Em meio ao segundo turno das eleições presidenciais de 2026, ações apresentadas pela campanha de Flávio Bolsonaro (PL) contra **sindicatos**, centrais sindicais, entidades estudantis e movimentos sociais provocaram uma forte reação das organizações atingidas.

Entre os alvos estão entidades representativas dos petroleiros/as, como

o **Sindipetro-RS**, o Sindipetro Unificado de São Paulo, os sindicatos do Amazonas e do Espírito Santo e a Federação Única dos Petroleiros (FUP). Dirigentes dessas organizações também foram incluídos pessoalmente em uma ação que questiona manifestações políticas e o uso de estruturas sindicais durante a campanha eleitoral.

Para a diretora do Sindipetro-RS, Miriam Cabreira, que falou sobre a questão no **Papo Direto Online (PDO)** de sexta-feira, **16 de outubro**, as iniciativas representam uma tentativa de intimidar as entidades e impedir que os trabalhadores/as conheçam e debatam os projetos políticos em disputa, especialmente seus impactos sobre os direitos trabalhistas, a Petrobrás e a soberania nacional.

"A gente compara os candidatos à Presidência da República, compara o histórico, compara os projetos e toma uma posição. Então, nós não estamos numa democracia? Se o 'cara' acha que isso não é legítimo e vem processar as entidades, imagina se ele se elege o que



vai fazer?", questionou Miriam.

A dirigente destacou que o movimento sindical não pode renunciar a sua responsabilidade de informar, organizar e representar politicamente os trabalhadores/as. "Eu tenho dois candidatos, eu quero comparar o que eles têm de projeto para os trabalhadores, para a Petrobrás, para a soberania. E a gente não pode fazer isso? Então, é um absurdo", reafirmou. ➔



FUP REPUDIA INTIMIDANÇA - A FUP denunciou as ações judiciais como **tentativas de intimidação ao movimento sindical**. A

coordenadora-geral, Cibele Vieira, reafirmou que a entidade continuará participando do debate político e defendendo os interesses dos trabalhadores/as. "Não vamos aceitar intimidação. Vamos continuar defendendo os direitos da classe trabalhadora e participando do debate sobre o futuro do país", afirmou.

ANDES-SN DENUNCIA TENTATIVA DE AMORDAÇAR SINDICATOS - O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) manifestou preocupação com as ações judiciais contra organizações sindicais e estudantis. Para a entidade, **os processos representam uma tentativa de impor uma mordacão aos movimentos organizados**, ameaçando a liberdade de expressão e o direito de participação no debate público.

ESTUDANTES E MOVIMENTOS SOCIAIS CONTRA A CENSURA - Manifestações em universidades e espaços públicos reuniram estudantes e movimentos sociais **em defesa da democracia, da educação pública e da liberdade de expressão**. Os protestos reforçam a **resistência às tentativas de silenciamento** e a importância de garantir o direito de organização e participação política. **Censura não combina com democracia**, alertaram.

A FNP TAMBÉM SE POSICIONOU - A FNP também **se posicionou contra a ação apresentada pela campanha de Flávio Bolsonaro**. A entidade informou que sua diretoria e suas publicações foram mencionadas na ação judicial. Para a Federação, **a iniciativa representa uma tentativa de restringir a comunicação das organizações sindicais e sua participação política**.

MANIFESTO DOS JORNALISTAS SINDICAIS - Em 14 de outubro, jornalistas que trabalham em sindicatos e assessorias de comunicação de diferentes estados divulgaram um

manifesto e um abaixo-assinado contra a suspensão do jornal Petróleo dos Brasileiros. O documento afirma que **impedir a circulação de uma publicação sindical ameaça a liberdade de imprensa e o direito dos trabalhadores à informação**. Entre os profissionais identificados na lista de assinaturas estão jornalistas ligados ao Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, à Federação Nacional dos Jornalistas, à CUT-SP e a sindicatos de diferentes categorias. O manifesto também reconhece a competência da Justiça Eleitoral para combater irregularidades, mas defende que essa atuação respeite as garantias constitucionais de liberdade de expressão e de imprensa.

CENTENAS DE CENSURAS - A ação de Flávio Bolsonaro pediu a retirada de 221 publicações e o bloqueio de 32 contas do Instagram, incluindo sindicatos, artistas, movimentos sociais, parlamentares e veículos de imprensa. E ele nem foi eleito. Imagine se isso vier a acontecer!



SINDIPETRO-RS - SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO SUL | FILIADO À FUP, CNQ E CUT

DIRETORIA RESPONSÁVEL: Miriam, Dary, Alex, Nalva, Cadore, Stelmaki, Medeiros, Trovo, Camile, Davi, Edgar, Terterola, Fábio, Karina, Lautert, Oscar, Tiago Maria, Geisa, Lisboa, Russo.

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Nara Roxo (Mtb 6.771) e Rita Cardoso (Mtb 14.278)

SEDE PORTO ALEGRE - Rua Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, CEP 90.050-100 | Telefone (51) 3226.2799 - secretaria@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA DE CANOAS - Rua Victor Barreto, 3288, Centro, CEP 92.010-000 | Telefone (51) 3472.4622 - delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA LITORAL NORTE - Rua Deolindo Maggi, 52, Centro, Osório, CEP 95.520-000 | Telefone (51) 3663.2763 - delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br

➔ CENSURA NUNCA MAIS!

“SE A GENTE SE ACOVARDAR AGORA, O QUE VAI ACONTECER DEPOIS?”

FORA DE CIRCULAÇÃO

O primeiro episódio de grande repercussão envolvendo a categoria petroleira ocorreu em **9 de outubro**, quando o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kássio Nunes Marques, acolheu um pedido da campanha de Flávio Bolsonaro e determinou a **retirada de circulação do jornal Petróleo dos Brasileiros**, produzido pelo Sindipetro Unificado de São Paulo com apoio da FUP.

A publicação comparava os projetos dos candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Flávio Bolsonaro para a Petrobrás, o setor de petróleo, os direitos dos trabalhadores e o futuro do país. A decisão também determinou a suspensão de sua divulgação nas redes sociais.

Para as entidades petroleiras, a medida representou uma restrição ao direito de informar a categoria sobre temas diretamente relacionados às suas condições de trabalho e aos rumos da empresa.

Miriam Cabreira criticou a decisão e ressaltou que o jornal buscava justamente apresentar as diferenças entre os projetos em disputa. “Esse boletim nem posição tomava. Esse boletim só apontava as comparações”, destacou.

A dirigente lembrou que **os sindicatos petroleiros possuem uma longa trajetória de atuação em defesa de uma Petrobrás pública, da soberania energética, da valorização dos trabalhadores e da garantia dos direitos sociais**. “O sindicato não tem um papel somente burocrático a cumprir. O sindicato tem um papel político, porque a gente sabe onde as decisões são tomadas”, afirmou.

A ofensiva judicial teve um novo capítulo em **14 de outubro**, quando a campanha de Flávio Bolsonaro apresentou ao TSE uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE), com **mais de 100 páginas**, contra a chapa de Lula e Geraldo Alckmin, além de **dirigentes de organizações sindicais** e sociais.

A ação relacionou **54 pessoas** vinculadas a centrais sindicais, federações, sindicatos, entidades estudantis e movimentos sociais. Entre elas estão representantes da FUP e de sindicatos petroleiros, **incluindo a presidenta do Sindipetro-RS, Miriam Cabreira**.

A campanha alegou suposto abuso de poder econômico e político e uso indevido dos meios de comunicação, sustentando que estruturas dessas organizações teriam sido utilizadas para favorecer a candidatura de Lula e prejudicar Flávio Bolsonaro.

Entre os pedidos apresentados estavam a cassação da chapa Lula-Alckmin, a declaração de inelegibilidade dos envolvidos e restrições ao uso de jornais, sites, redes sociais e outros meios de comunicação das entidades.



Para Miriam, a inclusão de dirigentes sindicais individualmente na ação aumenta o caráter intimidatório da iniciativa. “Os CPFs arrolados são o meu e os dos coordenadores da FUP e de outros sindicatos”. Ela também contestou a acusação de abuso de poder econômico, lembrando que a sustentação financeira dos sindicatos depende fundamentalmente das contribuições dos próprios trabalhadores/as. “Todo o nosso financiamento depende da livre associação dos nossos representados, da nossa categoria. O ‘cara’ vem falar em abuso de poder econômico? É um insulto”, declarou.

RISCO DE CENSURA

Em decisão de **15 de outubro**, o corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, **rejeitou os pedidos de urgência** que pretendiam impor restrições abrangentes às manifestações políticas de sindicatos, associações e movimentos sociais. O ministro considerou que **as medidas solicitadas poderiam impedir manifestações legítimas**, inclusive publicações futuras cujos conteúdos sequer haviam sido identificados.

Segundo Cueva, a imposição dessas restrições “poderia produzir efeito inibitório indevido sobre o exercício das liberdades de expressão, associação e organização sindical, **aproximando-se de mecanismo de censura prévia**”. A decisão representa um importante limite às tentativas de estabelecer proibições genéricas sobre a atuação política das organizações de trabalhadores.

O corregedor ressaltou que manifestações político-eleitorais de sindicatos e movimentos sociais, inclusive na defesa de posições relacionadas aos interesses de seus representados, não podem ser automaticamente confundidas com propaganda eleitoral irregular. Para ele, eventuais irregularidades precisam ser demonstradas por fatos concretos, sem transformar a fiscalização eleitoral em impedimento indiscriminado à liberdade de expressão e organização.

sindipetro-rs.org.br

O ministro também identificou **fragilidades nas acusações contra os dirigentes**. Dos 54 nomes relacionados, 37 sequer apareciam individualmente na descrição dos fatos ou na fundamentação jurídica. Outros sete eram mencionados apenas por terem assinado uma nota divulgada pelas centrais sindicais. Cueva determinou que, no prazo de 72 horas, a campanha de Flávio Bolsonaro individualizasse as acusações, identificando as condutas atribuídas a cada dirigente e apresentando os respectivos elementos de prova.

A decisão não encerrou a investigação sobre todas as acusações. O processo prossegue nos termos definidos pela Justiça Eleitoral, mas **os pedidos de censura generalizada não foram acolhidos**.

INTIMIDAÇÃO

Para Miriam Cabreira, a tentativa de responsabilizar pessoalmente dirigentes sindicais por manifestações políticas pode produzir um efeito de intimidação que ultrapassa o processo judicial. A diretora do Sindipetro-RS entende que as ações buscam constranger organizações que historicamente participam de debates sobre o desenvolvimento nacional, os direitos trabalhistas e as políticas públicas.

“Isso que o Flávio Bolsonaro está fazendo, porque ele entrou na Justiça contra a nossa entidade, contra diversas outras entidades, é uma tentativa de nos intimidar para ver se a gente se acovarda”, denunciou.

Miriam afirmou que a categoria petroleira não pode renunciar à sua história de mobilização e resistência. “Se eu me acovardar agora por causa de uma ação na Justiça, o que vai ser se ele se eleger? Então, a gente não pode se acovardar. A gente não pode ficar intimidado por essa tática”, ressaltou.

Ela também lembrou que as principais conquistas dos trabalhadores dependem de decisões políticas e legislativas, citando o debate sobre o fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho.

Embora categorias como a dos petroleiros já tenham conquistado a jornada de 40 horas semanais por meio de acordos coletivos, milhões de trabalhadores dependem de mudanças na legislação para alcançar direitos semelhantes. Por isso, segundo Miriam, impedir que os sindicatos discutam os projetos políticos que influenciam essas decisões significa limitar uma dimensão fundamental de sua atuação. “Como é que a gente vai ter a nossa voz tolhida? Não é possível. Isso não é democracia”, afirmou. ➤

→ CENSURA NUNCA MAIS

A HISTÓRIA DE LUTA DOS PETROLEIROS NÃO SERÁ APAGADA

A reação dos sindicatos petroleiros também resgata uma trajetória de resistência em defesa da Petrobrás, da soberania nacional e dos direitos da categoria.

Ao longo de décadas, as entidades participaram de mobilizações contra privatizações, em defesa dos empregos, da saúde e da segurança dos trabalhadores/as, da negociação coletiva e do papel estratégico do petróleo para o desenvolvimento brasileiro.

Para Miriam Cabreira, essa história não pode ser interrompida por ações judiciais destinadas, na avaliação das entidades, a constranger sua atuação pública. "Tudo que a gente defende está marcado na nossa história. Inclusive, temos dois livros contando a nossa história e toda a luta que a gente fez pela soberania, pelo direito dos trabalhadores", lembrou.

A dirigente reafirmou que **o Sindipetro-RS continuará participando dos debates que envolvem os interesses da categoria e da sociedade.** "A gente não vai deixar de se posicionar. A gente tem uma história", declarou.

NÃO VÃO NOS CALAR - O debate provocado pelas ações eleitorais ultrapassa a disputa entre candidaturas. Ele envolve os limites da atuação das organizações sociais, a liberdade de manifestação e o direito dos trabalhadores/as de discutir decisões que afetam diretamente suas vidas.

A Justiça Eleitoral tem a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento da legislação, assim como deve preservar os direitos constitucionais de expressão, associação e organização sindical.

Para o Sindipetro-RS e as demais entidades que contestam as medidas, **defender esses direitos é também defender a democracia e a possibilidade de que a classe trabalhadora tenha voz nas decisões sobre o futuro do Brasil.**

"Ninguém vai nos intimidar. Podem conseguir nos censurar, como conseguiram lá no Sindipetro Unificado de São Paulo, mas a gente não vai ficar calado só observando esses abusos que estão ocorrendo", concluiu a dirigente.

DITADURA NUNCA MAIS! CENSURA NÃO!

→ CONQUISTA DOS TREALHADORES

FIM DA ESCALA 6X1 É VITÓRIA HISTÓRICA!

A promulgação da emenda constitucional que **acaba com a escala 6x1 e reduz gradualmente a jornada de 44 para 40 horas semanais, sem redução dos salários**, foi comemorada pelo movimento sindical. Para o diretor do Sindipetro-RS, Dary Beck Filho, **a conquista é resultado de décadas de organização e mobilização dos trabalhadores/as.** "Poucas vezes vi coisas tão importantes serem aprovadas, com a abrangência que tem essa questão do fim da 6x1 e da redução da jornada para 40 horas semanais. Foi uma baita vitória", destacou Dary.

O dirigente ressaltou que **a mudança terá impacto direto sobre os trabalhadores/as das empresas contratadas do Sistema Petrobrás.** Segundo ele, cerca de 95% dos empregados das empresas contratadas cumprem jornadas de 44 horas semanais, e a redução para 40 horas é uma reivindicação antiga do movimento sindical. "Agora tem uma determinação legal e vamos ter que sentar com a Petrobrás para que isso seja implementado o mais rápido possível dentro das contratadas".

A nova regra estabelece uma transição gradual, com redução inicial para 42 horas semanais e, depois, para 40 horas, além da garantia de **dois dias de descanso remunerado por semana.** Para Dary, a conquista representa mais qualidade de vida, saúde, descanso e convivência familiar para milhões de brasileiros/as.

Por fim, ele alertou que a mobilização sindical continua necessária para garantir a aplicação e a preservação dos novos direitos. "A conquista deve ser comemorada, mas a luta continua", declarou ele.

→ SERVIÇOS

PLANTÕES JURÍDICO E DE ATENDIMENTO DA ASSISTENTE SOCIAL

ESCRITÓRIO COSTA ADVOGADOS (Direito Civil e Tributário) - Dr. Lúcio Costa e Dra. Graciele Santiago Gonçalves - plantão na sede de Porto Alegre às quartas-feiras, das 14h às 16h e na Delegacia de Canoas às sextas-feiras, das 10h às 12h. Agendamento pelo telefone (51) 99630-6203

ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL (Direito Trabalhista e Previdenciário) - Dr. Abrão Blumberg e Caroline Anversa - Agendamento pelo WhatsApp (51) 99292-1642.

ASSISTENTE SOCIAL - Jaqueline da Costa - O atendimento pode ser agendado pelo WhatsApp da Secretaria (51) 99894-3814.

→ NOTAS

DE OLHO NA ELEIÇÃO

QUANDO SERÁ O SEGUNDO TURNO?

O segundo turno das eleições acontece no **domingo, 25 de outubro.** A votação será **das 8h às 17h.** Quem estiver na fila até as 17h poderá votar.

QUEM NÃO VOTOU NO PRIMEIRO TURNO PODE VOTAR NO SEGUNDO?

SIM! Quem não compareceu ao primeiro turno **pode votar normalmente no segundo.** Cada turno é considerado uma eleição independente. A ausência no primeiro turno, por si só, não cancela o título.

QUEM PODE VOTAR?

Podem votar os eleitores com título regular que tenham completado pelo menos 16 anos até 4 de outubro de 2026. O voto é obrigatório para pessoas alfabetizadas maiores de 18 e menores de 70 anos. Mas, mesmo que você não seja obrigado/a a votar, exerça seu direito, pois todos são afetados pelas decisões políticas.

COMO DESCOBRIR SEU LOCAL DE VOTAÇÃO?

Acesse o **aplicativo e-Título** e selecione a opção "Onde votar". Também é possível consultar o endereço, zona e seção eleitoral pelo **site do Tribunal Superior Eleitoral**, em www.tse.us.br. Confira antes de sair de casa!

QUAIS DOCUMENTOS LEVAR?

Basta apresentar um documento oficial com foto, como RG, CNH, passaporte ou carteira de trabalho física. O e-Título também é aceito quando apresenta a fotografia do eleitor. Não é obrigatório levar o título de eleitor impresso.

ONDE VOTAR NO SEGUNDO TURNO?

Em regra, **o local de votação é o mesmo do primeiro turno.** Entretanto, é importante conferir o endereço no e-Título ou no site do TSE,

NÃO ESQUEÇA - No RS, a eleição será **somente para presidente.** Não é permitido celular na urna de votação. Participe da eleição, não se omita. Esta é a sua oportunidade de fazer valer sua vontade, escolhendo o melhor projeto para o país, para os trabalhadores e para a Petrobrás. **DIA 25, VOTE!**